



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10835.900018/2011-13  
**Recurso nº** 1 Voluntário  
**Acórdão nº** 1402-003.625 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 12 de dezembro de 2018  
**Matéria** Compensação  
**Recorrente** IRMÃOS BOMEDIANO E CIA. LTDA.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

**ANO-CALENDÁRIO: 2005**

**RECURSO INTEMPESTIVO. PEREMPÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.**

Demonstrada nos autos a intempestividade do recurso voluntário, não se conhece das razões de mérito, por perempção.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário, por intempestivo, mantendo a decisão recorrida, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. O julgamento deste processo segue a sistemática dos recursos repetitivos. Portanto, aplica-se o decidido no julgamento do processo 10835.900015/2011-71, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente e Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Rogério Borges, Caio Cesar Nader Quintella, Edeli Pereira Bessa, Leonardo Luis Pagano Gonçalves, Evandro Correa Dias, Lucas Bevilacqua Cabianca Vieira, Junia Roberta Gouveia Sampaio e Paulo Mateus Ciccone (Presidente).

## Relatório

A origem do litígio aqui presente remonta ao Despacho Decisório exarado em relação ao pedido original da contribuinte expresso em PER/DCOMP apresentado perante a Autoridade Tributária de sua jurisdição e no qual buscou ver reconhecido seu direito creditório e consequente compensação com débitos de sua responsabilidade.

O requerido foi indeferido sob entendimento do DD de que o valor disponível não era suficiente para a compensação intentada.

Irresignada, a contribuinte interpôs manifestação de inconformidade que, apreciada em 1<sup>a</sup> Instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belo Horizonte (fls. nos autos), foi julgada improcedente, não reconhecendo o direito creditório pleiteado.

Discordando do r. *decisum*, a contribuinte acostou recurso voluntário no qual reafirma a correção de seu procedimento, requer a reforma da decisão de 1º Piso e o reconhecimento do direito creditório buscado, com a consequente homologação da compensação requerida, aduzindo, em síntese, os seguintes argumentos:

1. reconhece ser o PER/DCOMP “uma ferramenta extremamente eficiente” para se efetuar as compensações perante a RFB, mas, no início, “quando começamos a usá-lo nos gerou muitas dúvidas e hoje estamos descobrindo que vários erros foram cometidos quando da utilização do mesmo”;
2. ter efetuado “pagamento a maior” de tributos, o que levou à apresentação de PER/DCOMP;
3. que, “**ERRONEAMENTE**”, efetuou lançamento de valor vinculando na DCTF o débito, “gerando a duplicidade de utilização do crédito” (destaque no original);
4. requer o cancelamento do pedido em duplicidade e homologação do valor correto.

Para comprovação do alegado, junta cópias dos Livros Diário e Razão dos anos de 2005 e 2006.

É o relatório do essencial, em apertada síntese.

## Voto

Conselheiro Paulo Mateus Ciccone - Relator

O julgamento deste processo segue a sistemática dos recursos repetitivos, regulamentada pelo art. 47, §§ 1º, 2º e 3º, do Anexo II, do RICARF, aprovado pela Portaria MF 343, de 09 de junho de 2015. Portanto, ao presente litígio aplica-se o decidido no **Acórdão nº 1402-003.622, de 12/12/2018**, proferido no julgamento do **Processo nº 10835.900015/2011-71**, paradigma ao qual o presente processo fica vinculado.

Transcreve-se, como solução deste litígio, nos termos regimentais, o entendimento que prevaleceu naquela decisão (**Acórdão nº 1402-003.622**):

*"Antes de qualquer análise, há prejudicial processual que necessita de apreciação, no caso, a manifesta intempestividade da peça recursal de 2º Grau.*

*Explico.*

*Na forma do disposto no PAF (Decreto nº 70.235, de 1972), os recursos contra as decisões exaradas pelas autoridades julgadoras de 1ª Instância deverão ser interpostos em até trinta dias após a ciência do Acórdão recorrido, conforme expresso dizer do artigo 33:*

*Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.*

*Pois bem, conforme se observa nos autos, a ciência do Acórdão de 1º Grau deu-se em 30 de setembro de 2013 (“AR” – doc. nos autos) e a interposição do Recurso Voluntário fez-se mediante protocolo na data de 14 de novembro de 2013, ou seja, mais de 40 dias após o conhecimento da decisão de 1ª Instância, portanto muito além do trintídio legal.*

*Desse modo, indiscutível a preclusão, conforme pacífico entendimento jurisprudencial (“O recurso deve ser interposto em tempo hábil. Expirado o prazo legal torna-se precluso o direito de recorrer. Intempestividade. Inteligência dos arts. 184 e 557, § 1º, CPC. Recurso não conhecido. 9ª Câmara de Direito Público 15/12/2011 - 15/12/2011 Agravo Regimental AGR 9110851412009826 SP 9110851-41.2009.8.26.0000 (TJ-SP Décio Notarangeli”).*

*Jurisprudência igualmente adotada de forma torrencial pelo CARF de modo geral e por esta Turma em particular, como no recente Acórdão nº 1402-003.404, relatoria do Conselheiro Evandro Correa Dias, sessão de 18/09/2018, votação unânime:*

**INTEMPESTIVIDADE CARACTERIZADA.**

*Recurso Voluntário apresentado após o prazo de trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância, o que caracteriza a sua intempestividade*

---

*Portanto, sem necessidade de maiores digressões, voto por NÃO CONHECER do recurso voluntário, por intempestivo, mantendo a decisão recorrida.*

*É como voto.*

Aplicando-se a decisão do paradigma ao presente processo, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 47, do Anexo II, do RICARF, voto por não conhecer do recurso voluntário, por intempestivo.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone